



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

19/06/2022 – ELEIÇÕES 2022

Redução de financiamento às exportações causa prejuízos à economia brasileira

Brasil perdeu R\$6,9 bilhões por queda de desembolsos do BNDES Exim e Proex em 2019 e 2020. Fortalecimento do financiamento oficial é essencial para retomar competitividade do comércio exterior

Praticadas amplamente em diversos países e fundamentais para um comércio exterior competitivo, as políticas de crédito oficial à exportação no Brasil têm sido reduzidas de modo acentuado nos últimos anos, o que tem causado prejuízos à economia brasileira. Caso a média de desembolsos do BNDES Exim e do Proex equalização e financiamento, entre 2010 e 2018, tivesse sido mantida em 2019 e 2020, o PIB brasileiro teria acréscimo de R\$ 6,9 bilhões. O impacto nas exportações seria de R\$ 4,7 bilhões e teriam sido criados 107 mil trabalhos formais no longo prazo.

Os dados são do documento que integra as Propostas da Indústria para as Eleições 2022, *Exportações: um mundo pela frente*, elaborado pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#). O estudo faz parte que das [Propostas da Indústria para as Eleições 2022](#), entregues aos principais pré-candidatos à Presidência da República.

O fortalecimento e a modernização do sistema público de financiamento e garantia às exportações deve ser uma das prioridades para a promoção do comércio exterior. As exportações da indústria têm o potencial de contribuir, de forma significativa, para o Brasil, devido a seu efeito multiplicador. Dados da CNI mostram que cada R\$ 1 bilhão exportado pela indústria brasileira mobiliza 36 mil empregos.

Os três pilares do sistema brasileiro são financiamento, equalização e seguro/garantia. Dentro da primeira categoria, o BNDES Exim é o único programa que inclui grandes empresas. Entre 2010 e 2018, a média de desembolso anual foi de R\$ 10,70 milhões. Em 2019 e 2020, o valor caiu para R\$ 3,88 milhões

No caso do Proex, entre 2010 e 2018, foram desembolsados R\$ 1,63 milhão por ano, em média, tanto na modalidade financiamento quanto equalização. Em 2019 e 2020, o valor recuou para R\$ 1,59 milhão. No programa, o Banco do Brasil oferta financiamentos a taxas competitivas internacionalmente. Já na modalidade equalização, o banco assume parte dos juros das operações de financiamento à exportação para torná-los compatíveis com as taxas cobradas internacionalmente.

Na avaliação da gerente de comércio exterior da CNI, Constanza Negri, os dados revelam o impacto para o país da paralisia dos mecanismos de fomento às exportações. “É preciso uma mudança estrutural e estratégica na agenda de financiamento as exportações para que o Brasil possa ampliar sua participação no mercado internacional. Setores industriais exportadores no mundo contam cada vez mais com mecanismos de crédito oficial à exportação que auxiliam as empresas a lidar com a incerteza cambial, o risco político. O custo de o Brasil ter descuidado dessa agenda estratégica tem se traduzido em desvantagens competitivas para as empresas brasileiras e impactos negativos para as exportações da indústria e para retomada da economia do país como um todo”, afirma.



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Diante dos desafios gerados pela pandemia, o crédito oficial às exportações ganhou protagonismo crescente. De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), 80 a 90% das exportações contam com algum tipo de apoio desse tipo. O Brasil, portanto, está na contramão da tendência das principais economias e das recomendações internacionais.

Reforma do sistema de crédito às exportações

Além do restabelecimento urgente do BNDES Exim e do Proex, é preciso reformar o sistema de financiamento às exportações a fim de garantir previsibilidade e segurança ao setor produtivo. As mudanças propostas pela CNI incluem aperfeiçoamento da governança e da garantia de *funding*, de modo que as ações não fiquem atreladas ao orçamento anual.

Outras medidas defendidas são:

- Definir e implementar o operador do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com lastro baseado em recursos não orçamentários e aval incondicional da União, em caso de insolvência;
- Revitalizar e reformar o *funding* governamental para financiamento e equalização da exportação, ampliando fontes de custeio e assegurando previsibilidade, transparência e menor dependência orçamentária;
- Acelerar a adesão do Brasil ao Arranjo de Crédito Oficial em Apoio à Exportação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e participar ativamente das discussões sobre a reforma deste instrumento.

Além da reforma do sistema de financiamento, o estudo também contempla medidas de redução da burocracia e promoção de melhorias regulatórias, como implementação da Janela Única Aquaviária e avanços nos programas Portal Único e Operador Econômico Autorizado (OEA). Também faz parte da agenda a redução da carga tributária nas importações de serviços.

Atendimento à Imprensa

(61) 3317-9406 / 9578

imprensa@cni.com.br



/cniBrasil



@CNI_br



@cniBr



/cniweb



/cniweb



/cniweb

agência
de notícias
da indústria

noticias.portaldaindustria.com.br